



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KALLYNE DA SILVA ANDRADES
KAREN CRISTINA LISBOA NUNES FERREIRA

**CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA
PECUÁRIA DE CORTE: um estudo realizado na Propriedade rural
Fazenda Medianeira no município de Itaituba - PA**

Itaituba - PA

2023

KALLYNE DA SILVA ANDRADES
KAREN CRISTINA LISBOA NUNES FERREIRA

**CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO
NA PECUÁRIA DE CORTE: um estudo realizado na Propriedade
rural Fazenda Medianeira no município de Itaituba - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Itaituba – FAI para obtenção
do título de Graduação em Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Danielle Lobato
Paes

Itaituba – PA

2023

ANDRADES, Kallyne da Silva; FERREIRA, Karen Cristina Lisboa Nunes

CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA PECUÁRIA DE CORTE: um estudo realizado na Propriedade rural Fazenda Medianeira no município de Itaituba – PA / Kallyne da Silva Andrades, Karen Cristina Lisboa Nunes Ferreira. Itaituba: FAI, 2023.

54 f.

Orientadora: Prof. Maria Danielle Lobato Paes

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2023.

1. Pecuária. 2. Propriedade rural. I. Paes. II. Maria Danielle Lobato Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2023.

KALLYNE DA SILVA ANDRADES
KAREN CRISTINA LISBOA NUNES FERREIRA

**CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA
PECUÁRIA DE CORTE: um estudo realizado na Propriedade rural
Fazenda Medianeira no município de Itaituba - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Itaituba – FAI para obtenção
do título de Graduação em Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Danielle Lobato
Paes.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ NOTA: _____
Prof. Maria Danielle Lobato Paes, Mestra.

Avaliador: _____ NOTA: _____
Prof. Augusto Cesar Amorim do Nascimento, Especialista.

Avaliadora: _____ NOTA: _____
Profa. Adriana Alcobase Souza Araújo, Especialista.

Resultado: _____ Média: _____

Data: ____ de março de 2023

A Deus e as nossas famílias, base e princípios de todas as nossas realizações, dedicamos essa pesquisa. Nosso muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a dádiva da vida e por ter abençoado toda a minha trajetória até aqui.

À toda minha família, em especial minha irmã Mahyanny e minha cunhada Helinara por me apoiarem em todas as minhas ideias e me fizeram acreditar que tudo seria possível. Ao meu pai por me dar uma vida digna e me direcionar no caminho certo. À minha mãe, à minha tia Marivania e minha prima Thamires, que me incentivaram a ir até o fim. À minha irmã Dayane, por todo seu amor e proteção.

À minha amiga Ananda, pelo auxílio que tem me dado no ano que se passou. Às minhas amigas Juliana, Barbara, Maiely e Sabrina, obrigada por todas as risadas e conselhos durante minha trajetória.

Agradeço à minha dupla e companheira de curso, Karen Cristina. Foram muitos os momentos que vivemos até aqui, bons e ruins, mas sempre apoiando uma à outra. Obrigada pelos últimos quatro anos.

À orientadora, professora Danielle pelo ensinamento durante a realização desse trabalho. Por fim, ao proprietário da fazenda, por fornecer dados necessários para contribuir com o trabalho.

Kallyne da Silva

Agradeço a Deus pela misericórdia sobre minha vida, pois se cheguei até aqui, foi porque Ele me sustentou. Em meio a tantas dificuldades, hoje estou aqui finalizando mais um ciclo em minha vida com enorme sentimento de gratidão.

À minha mãe que sempre esteve ao meu lado, minha parceira e melhor amiga que nunca mediu esforços para cuidar e proteger.

Ao meu esposo que sempre cuidou de mim, me deu apoio e incentivo. Ao meu irmão e cunhada Ellem Caroline para todos os momentos, meus grandes apoiadores. À minha tia Maria Tavares e prima Kerolyne, minhas maiores cuidadoras. Aos meus tios Francisco de Assis, Lídia e João Evangelista que me levavam e buscavam na faculdade, por puro amor e cuidado.

Agradeço também a minha dupla de TCC e amiga, Kallyne Andrades. Por sua amizade e paciência que teve até aqui, sempre soube que poderia contar com você, levaremos essa amizade para a vida.

Ao proprietário da fazenda por abrir as portas de sua propriedade para que pudéssemos realizar nossa pesquisa e finalizar nosso trabalho. E por fim, à nossa orientadora, Daniella Lobato. Obrigada por todos os ensinamentos passados a nós.

Karen Cristina

*"Quando você decide o que quer
que o futuro seja, precisa criar as
ferramentas necessárias para levá-lo até
lá."*

Sérgio Zyman

RESUMO

A Contabilidade utilizada como uma ferramenta gerencial permite ao pequeno produtor rural, a partir de informações contábeis, realizar um planejamento juntamente com o controle orçamentário visando realizar suas decisões sem correr grandes riscos, com isto ajudando a contribuir para reduzir os custos e comparação de resultados obtidos. O objetivo geral do trabalho é observar o uso da Contabilidade como Sistema gerencial em uma pequena propriedade rural no município de Itaituba – PA. Para fundamentar a análise, utilizou-se de pesquisas bibliográficas destinadas a levantar as informações sobre a atividade contábil rural. A metodologia, por conseguinte, caracteriza-se como exploratória, com abordagem quantitativa e pesquisa de campo utilizando visita *in loco* e entrevista. A análise dos resultados permitiu inferir a necessidade de controles contábeis, desde a separação dos gastos pessoais com os custos de produção e manutenção da propriedade, bem como, a falta de conhecimento a respeito dos resultados de cada atividade desenvolvida e carência de controles. No entanto, o proprietário é relutante na contratação de um profissional da área, pois na visão dele, sua administração é eficiente dentro de sua propriedade. Diante dos resultados obtidos, propõe-se algumas mudanças administrativas para melhorias no desempenho de produção e gestão da propriedade, como o controle de gastos por Demonstração de fluxo de caixa, contratação de um contador e a separação de gastos pessoais. Por fim, evidencia-se que o correto uso das informações contábeis o produtor terá em sua tomada de decisão fatos precisos, ferramentas eficientes ocasionando melhor desempenho de gestão para que assim os proprietários obtenham uma previsão de resultados e definam o custo financeiro atual e futuro destas propriedades rurais.

Palavras-chave: Pecuária. Propriedade rural. Contabilidade rural.

ABSTRACT

Accounting used as a management tool allows the small rural producer, based on accounting information, to carry out planning together with budgetary control in order to carry out their decisions without taking great risks, with this helping to contribute to reducing costs and comparing the results obtained. . The general objective of the work is to observe the use of accounting as a management system in a small rural property in the municipality of Itaituba - PA. To substantiate the analysis, bibliographic research was used to collect information on rural accounting activity. The methodology, therefore, is characterized as exploratory, with a quantitative approach and field research using on-site visits and interviews. The analysis of the results allowed inferring the need for accounting controls, from the separation of personal expenses with the costs of production and maintenance of the property, as well as the lack of knowledge about the results of each activity developed and the lack of controls. However, the owner is reluctant to hire a professional in the area, because in his view, his administration is efficient within his property. In view of the results obtained, some administrative changes are proposed to improve production performance and property management, such as controlling expenses by demonstrating cash flow, hiring an accountant and separating personal expenses. Finally, it is evident that the correct use of accounting information, the producer will have in his decision making accurate facts, efficient tools leading to better management performance so that the owners can obtain a forecast of results and define the current and future financial cost of these rural properties.

Keywords: Livestock; rural property; Farm accounting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE.....	12
2.2 CONTABILIDADE RURAL	15
2.2.1 Demonstrações Contábeis	17
2.2.1.1 Balanço Patrimonial.....	19
2.2.1.2 Demonstrações de Resultados de Exercício	21
2.2.1.3 Demonstrações do Fluxo de Caixa	23
2.2.2 Gestão rural	26
2.3 PECUÁRIA DE CORTE.....	27
2.3.1 A Contabilidade aplicada a pecuária de corte	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 QUANTO A ABORDAGEM DA PESQUISA	33
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	33
3.4 COLETA DOS DADOS.....	33
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1 PERFIL DO PARTICIPANTE	35
4.2 PERFIL DA EMPRESA RURAL	35
4.3 FAMILIARIDADE E USO DE RECURSOS CONTÁBEIS	37
4.4 VISÃO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL	39
4.5 SUGESTÕES	41
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE	52
APÊNDICE A – Entrevista.....	52

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema: “O USO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA GERENCIAL NA PECUÁRIA: um estudo realizado na propriedade rural Fazenda Medianeira no município de Itaituba - PA”. O tema destaca a importância da ferramenta de Gestão através da Contabilidade, com o intuito de garantir uma melhor administração da propriedade e a que ponto isso reflete na economia do município.

Como objetivo geral, o presente trabalho demonstra a importância da Contabilidade para o gerenciamento e redução de custos em atividades pecuárias na zona rural do município de Itaituba, visando demonstrar a necessidade da utilização da contabilidade e sua importância na gestão das propriedades rurais como instrumento de apoio para a tomada de decisão. Dentre os objetivos específicos, estão: verificar os processos produtivos e os custos inseridos em cada um deles; analisar os custos de produção no cenário atual a fim, de promover medidas para mitigação de gastos através da elaboração de questionário e planilha financeira, e; disponibilizar e orientar o pecuarista entrevistado.

Pensando nos efeitos negativos da falta de gestão com conhecimento profissional, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de utilização da contabilidade como ferramenta gerencial nas atividades pecuárias no município, visando gerar impactos positivos através de um bom gerenciamento, possibilitando análises periódicas de desempenho, as quais servirão como auxílio na tomada de decisões por parte dos administradores rurais do município de Itaituba, PA.

Assim, a pesquisa é norteada pelos seguintes problemas de ordem prática: É possível implantar ferramentas gerenciais simples e eficazes de ordem contábil para auxiliar a administração de um empreendimento rural? De que forma o uso inadequado da contabilidade afeta o sistema de produção existente na pecuária? Como a falta de administração eficaz em uma propriedade rural acarreta problemas socioeconômicos na área urbana?

Para realização desta pesquisa científica utilizou-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com enfoque no estudo de caso e pesquisa exploratória descritiva e quantitativa, com coleta de dados, através de entrevista realizada com o proprietário. O procedimento metodológico foi baseado em grandes nomes de autores que

contribuíram expressivamente no meio teórico do tema, alguns dos principais são: MARION (2014), IUDIBICIUS (2015) e CREPALDI (2016).

O TCC está organizado em cinco capítulos. Sendo este capítulo inicial a Introdução maneira. O segundo capítulo – Fundamentação Teórica na qual aborda diversos autores como Sá (2004), Sá (2008), Crepaldi (2012), Andrade (2012), além de algumas leis relacionadas a temática. O terceiro capítulo, têm-se o detalhamento dos aspectos da Metodologia. O quarto capítulo, apresenta a análise dos Resultados encontrados, incluindo sugestões e na sequência, têm-se a Conclusão sobre o trabalho e recomendações acerca do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A história da contribuição efetiva da Contabilidade na formação e construção da sociedade atual e moderna tem início após as primeiras expedições portuguesas ao Brasil nos anos de 1500 e 1530. A recém-descoberta das terras brasileiras trouxeram novas formas de gerenciar as informações contábeis necessárias a administração de imensas riquezas encontradas no Brasil (SÁ, 2008).

Ainda de acordo com Sá (2008) a construção da economia brasileira é marcada por diversos ciclos extremamente importantes para construção da sociedade capitalista, sendo marcada pela exploração de diversos recursos humanos e naturais como o pau-brasil, tráfico de escravos, ciclo do ouro, da cana-de-açúcar, do café, entre outros inúmeros importantes para a implementação de atividades econômicas, tributos, organização contábil e administração de lucros e recursos.

Reforça Sá (2008) advindo das grandes descobertas e invasões desse período, os colonizadores expandiram e criaram cidades como Salvador (1549), São Paulo (1557) e Rio de Janeiro (1565), objetivando estabelecer e manter o controle das imensas riquezas regionais. Para isto, foram criadas as funções de “guarda livros” e “contadores”, atualmente denominados de contador, profissional da contabilidade, analista ou consultor contábil.

Segundo Silva e Assis (2015) os primeiros registros atribuídos a este cargo são registrados para os portugueses Gaspar Lamego (1549) 1º contador nomeado para o Brasil; Bastião de Almeida (1549) 1º Guarda Livros; Diogo Ribeiro (1556); Damião Lopes (1558) e João de Araújo (1559) (SÁ, 2008). A administração por parte desses profissionais buscava blindar as riquezas do solo brasileiro contra as invasões estrangeiras, entregando a administração particular das cidades as chamadas capitanias hereditárias, fato consideravelmente importante na história contábil no Brasil.

A partir de 1808 a 1889, o período conhecido como Brasil Império é marcado pela fuga da família real para o Brasil. Dentre os primeiros atos do reinado destaca-se a abertura dos portos permitindo a entrada de grandes riquezas no país e a saída de grandes fortunas. De acordo com Sá (2008) a evolução contábil pode estar fortemente associada às ocorrências do campo político desse período a história

comprova que leis comerciais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e a burocracia defluente sempre foram decisivos fatores para a dilatação do mercado de trabalho do contabilista.

Vários marcos no campo político tiveram reflexos significativos na evolução contábil, dentre os principais mencionados por Silva e Assis (2015), destaca-se os governos de Dom João VI (1808-1821). Dentre suas principais contribuições para evolução da contabilidade no âmbito brasileiro, destaca-se a criação do Banco do Brasil (1808); do Decreto de 1809 determinando que as escriturações contábeis só pudessem ser realizadas por quem frequentasse a escola; da criação de escolas de comércio em virtude das exigências de informações a respeito de lucros e tributos governamentais advindas dos principais ciclos econômicos, como por exemplo, o ciclo do ouro.

Em seguida o Governo de Dom Pedro I (1821-1831) marca a continuação do ciclo do ouro e metais preciosos, assim como o surgimento da dívida externa (1822), visto que, ao declarar o Brasil como país independente houve a necessidade de garantir empréstimos junto à países como a Inglaterra. Esse governo é marcado também pela promulgação do decreto tornando obrigatório a partir de 1830 o uso do método das partidas dobradas nas escriturações contábeis.

No Governo posterior de Dom Pedro II (1831-1889) destaca-se as seguintes ocorrências contábeis: o aprimoramento do método das escrituras por partidas dobradas o que significou um grande salto em controle nas empresas instaladas no Brasil oriundas da Europa. Outro marco ocorre em 1837 com a primeira obra contábil escrita pelo brasileiro Estevão Rafael de Carvalho, intitulada “A metafísica da Contabilidade comercial” cujo objetivo era apresentar a contabilidade como ciência. Em 1850 a promulgação do código comercial estabeleceu a obrigatoriedade do levantamento do Balanço e a elaboração do livro Diário nas entidades e serviços que exigiam conhecimentos específicos de escriturações contábeis. Nesse governo há também a recriação do Banco do Brasil (1851) e em 1860 a decadência do ciclo do ouro e metais preciosos.

O período conhecido como Brasil república que se estende de 1889 ao período vigente, surge dentro de uma forte crise econômica, refletindo também na evolução contábil, pois foi um período de estagnação, justificado pela argumentação de Peleias e Bacci (2004, p. 40) que estabelece uma correlação da evolução histórica contábil e a economia: “A contabilidade como consequência aparece, se expande e se degenera

ou se retrai ao compasso da evolução econômica das civilizações, nas diversas regiões e distintas épocas de sua história”.

Entre os anos de 1889 e 1930, o país vive um período sem grandes destaques em relação à evolução contábil. Com a crise do café no ano de 1929, começa de forma lenta o processo de industrialização no Brasil, esfriado pela eminência da 2ª grande guerra, que veio ocorrer em 1939. A partir de 1940, ainda no governo de Getúlio Vargas, houve um forte incentivo industrial patrocinado pelo estado, com a criação de empresas estatais, caracterizando o início da Revolução Industrial brasileira.

Tal fato merece destaque, pois a contabilidade a partir da revolução industrial exerce papel significativo conforme destaca Aquino e Santana (1992) o desenvolvimento industrial e o surgimento de grandes corporações, surgiu por meio de uma necessidade de apresentar maiores informações, aumentando a importância e a responsabilidade da contabilidade e dos contadores. De acordo com Silva e Assis (2015), o avanço da contabilidade está associado ao progresso da humanidade e a sua evolução depende intrinsecamente a evolução da sociedade e das exigências sociais no desenvolvimento contábil no Brasil.

Dentre as principais ocorrências contábeis desse período destacam-se ainda o reconhecimento da profissão de contador (1920) em virtude dos esforços do senador João Lyra. Em maio de 1926 é regularizando o ensino de cursos profissionalizantes e ensino técnico comercial por meio do Decreto 17.329. Em junho de 1931 ocorre a regulamentação da profissão de contador pelo Decreto 20.158. Em setembro de 1945 por meio da Lei 7.988 surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais.

Destaca-se ainda a criação dos Conselhos Federal e Regionais de contabilidade através da Lei 9.295 em maio de 1946. O primeiro curso de pós-graduação em Ciências Contábeis em 1970 na Universidade de São Paulo (USP) e no mesmo ano o programa de Mestrado em ciências contábeis na Fundação Getúlio Vargas. Em 1971 o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) torna-se responsável por representar o Brasil perante entidades internacionais.

Por fim, vale ressaltar a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em setembro de 1976 por meio da Lei 6385. A Implantação do programa de Doutorado em Ciências contábeis na USP em 1978. O Estabelecimento de normas brasileiras de Contabilidade (NBC) em 1981 pelo Conselho Federal de Contabilidade e a Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005.

Rios *et al.* (2010) ressaltam que o mundo está cada dia mais globalizado. As ocorrências na economia de um país refletem rapidamente em outros, as informações se movem rapidamente, as empresas sob pena de se tornarem limitadas, necessitam de um cenário contábil que lhes permitem uma linguagem universal nas demonstrações, superando as barreiras do idioma e moeda, sendo rápida, inteligível aos usuários, capaz de proporcionar credibilidade e segurança nos demonstrativos publicados.

Silva e Assis (2015) enfatizam que embora a evolução contábil no Brasil tenha sido patrocinada pelo ente estatal, foi na iniciativa privada que se verificam os maiores avanços. A evolução contábil apresenta assim o seu aspecto paradoxal, representando, portanto, uma quase inesgotável fonte para novas pesquisas. A Contabilidade é uma ciência dinâmica e sempre esteve associada ao progresso da humanidade cuja evolução está atrelada a acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos dos dias atuais.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

A população mundial alcançará o número de 9,6 bilhões de pessoas em meados deste século, o que elevará a demanda por alimentos em 70% (SEARCHINGER *et al.*, 2013). Para atender a esse desafio internacional, espera-se que o Brasil tenha participação preponderante no crescimento da produção agropecuária, já que é um dos poucos países no mundo com disponibilidade de área produtiva. De acordo com informações do IPEA (2019), nas duas últimas décadas, a pauta de exportação dos produtos do agronegócio brasileiro migrou dos mercados americano e europeu para o mercado asiático, ressaltando a importância de economias emergentes quanto a demanda por produtos agropecuários, o que beneficia a economia brasileira.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019), em 1997, o agronegócio exportava US\$ 23,4 bilhões, enquanto as importações do setor eram de apenas US\$ 8,2 bilhões com saldo comercial resultante de US\$ 15,2 bilhões. Em 2018, as exportações setoriais alcançaram US\$ 101,7 bilhões, ao passo que as importações foram de US\$ 14,0 bilhões, alcançando uma balança comercial em 2018 de US\$ 87,6 bilhões. Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

(MDIC, 2017), apontam que, liderados pela soja, sete produtos do agronegócio figuram na relação dos dez principais produtos exportados pelo Brasil.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017), as oleaginosas foram responsáveis por 15% de todo o volume embarcado pelo Brasil para o exterior, gerando uma receita de US\$ 13,3 bilhões, com uma alta de 21,9% em comparação com idêntico período do ano anterior. Outros destaques nas exportações do agronegócio são o açúcar de cana, as carnes de frango e bovina, farelo de soja, celulose e café cru em grãos. Dados da CNA (2017) apontam ainda que os sete principais produtos embarcados pelo agronegócio para o exterior geraram receita no total de US\$ 26,48 bilhões. A produção agropecuária brasileira é estratégica para o crescimento econômico do Brasil e nas duas últimas décadas, o setor agropecuário expandiu de forma ascendente, impulsionando o agronegócio.

Conforme a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2017), o rebanho bovino saltou de 158 milhões de cabeças em 1996 para 215 milhões em 2017. O efetivo suíno foi ampliado em cerca de 12 milhões de cabeças no período analisado. O rebanho de galináceos praticamente dobrou de 1996 a 2017. O rebanho de bubalinos, principalmente no Norte do país, alcançou um efetivo de 1,4 milhão de cabeças no último ano. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), a consequência da expansão produtiva foi o abastecimento do mercado doméstico e internacional, com o *boom* das *commodities* em meados dos anos 2000, associado ao aumento da produtividade setorial, os produtos oriundos do agronegócio ampliaram sua competitividade internacional.

Em 2017, o crescimento foi da ordem de 13%, maior taxa desde 1997. O produto interno bruto (PIB) do agronegócio representou 27% de toda a economia e as exportações atingiram 40% do total exportado pelo país (BRASIL, 2018). Nesse cenário entende-se a contabilidade rural como uma ciência de extrema relevância para estudos aprimorados, pois se dedica a conhecer o patrimônio rural, dando contas específicas ao meio rural e suas particularidades, evidenciando a importância de cada seguimento do meio rural, seja criação de animais ou de culturas permanentes e perenes (FONSECA *et al.*, 2015).

Para que uma empresa rural tenha resultados satisfatórios nesse segmento de extrema relevância para a economia brasileira é preciso excelente administração, assim como, informações precisas do negócio rural oferecendo dados verdadeiros para decisões assertivas e confiáveis. Reis *et al.* (2011, p. 4) destacam que:

O agronegócio é considerado um dos setores mais importantes da economia brasileira, respondendo por 1/3 (um terço) do produto interno bruto. Ocupa posição de destaque no cenário global e tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico por ser um setor dinâmico e pela capacidade de impulsionar outras áreas.

Segundo Vilhena e Antunes (2010) a atividade rural abrange a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e criação de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas e pecuários *in natura*, realizada pelo próprio agricultor ou criador, que são definidos com aqueles que exploram a capacidade produtiva do solo, através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas, ou seja, o produtor rural.

A empresa rural, objeto central da produtividade e contabilidade rural é a unidade de produção em que são exercidas atividade que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. De acordo com Crepaldi (2012) à propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal. É de responsabilidade do empresário rural, principal usuário da Contabilidade Rural, administrar responsavelmente de acordo as legislações do agronegócio e assim buscando o lucro e a qualidade da atividade desenvolvida.

De acordo com Coe e Lopes (2006), o empresário rural deve dar ênfase na diversificação de seu negócio, com especialização, para obter o máximo de eficiência e eficácia, o que significa administrar a complexidade de algumas atividades com a responsabilidade de levá-las com qualidade e com lucratividade, aliando as atividades agrícolas economicamente ativas com a conservação e a preservação ambiental, proporcionando condições de maximização da produção, conhecida como agricultura sustentável que é tecnicamente correta, economicamente viável, ambientalmente aceitável e socialmente justa.

2.2.1 Demonstrações Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis define o objetivo das demonstrações contábeis como:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (ESTRUTURA CONCEITUAL CPC 00, 2008, p. 7).

Braga (1999) ainda completa que a atividade administrativa deve ser desenvolvida em conexão com as informações contábeis, com vistas aos aspectos de planejamento, execução, apuração e análise de desempenho. IUDÍCIBUS (2007) caracteriza a análise das demonstrações contábeis como, a arte de saber extrair relações úteis entre contas e grupos de contas dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões, com vistas a fornecer a alta administração, informações úteis a tomada de decisão.

Até 31 de dezembro de 2007 as demonstrações contábeis, de acordo com o artigo 176 da Lei n. 6.404/1976, eram: o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos e as notas explicativas.

Com a Lei 11.638/2007 e Medida Provisória (MP) 449/2008 aprovada pela Lei n. 11.941/2009 (LEI ORDINÁRIA), de 27/05/2009, as demonstrações são compostas pelo: Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), que poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (uma vez que esta contém aquela), pela Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) (Lei n. 11.638/2007 substitui a DOAR pela DFC), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

De acordo com a Resolução CFC n. 1.121/2008, as demonstrações contábeis atendem às necessidades de seus usuários para as tomadas de decisões econômicas, conforme segue:

- decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações;
- avaliar a Administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, qualidade de seu desempenho e prestação de contas;
- avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- determinar políticas tributárias;

- determinar a distribuição de lucros e dividendos; • preparar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- regulamentar as atividades das entidades.

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. Tanto mais eficiente será a análise quanto melhor for o conhecimento do analista a respeito das operações da empresa analisada, conhecimento este em que se entende a política administrativa em todos seus aspectos, internos e externos. A interpretação dos elementos obtidos nas análises, a partir das Demonstrações Contábeis, faz com os valores ali contidos deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação (OLIVEIRA, SILVA e ZUCCARI, 2010).

Considera-se que a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois, embora existam cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente bem o ramo de atividade da empresa, cheguem a conclusões bastante parecidas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento (OLIVEIRA, SILVA e ZUCCARI, 2010).

2.2.1.1 Balanço Patrimonial

É uma das Demonstrações Contábeis mais importantes, pois apresenta a situação patrimonial da empresa em um dado momento. Salazar e Benedicto (2009) explica que o balanço patrimonial é formado por duas colunas. A coluna do lado esquerdo representa o ativo que constitui a representação em termos monetários dos bens e direitos em propriedade da empresa, ou seja, os recursos investidos na empresa. A coluna da direita é denominada de passivo que refere às obrigações contraídas com terceiros, ao capital comprometido pelos proprietários e aos lucros

que foram reinvestidos na empresa. O autor salienta a utilização do Balanço patrimonial explicando que:

Qualquer indivíduo ou grupo de empreendedores que decida formar uma organização, com ou sem fins de lucro, terá de iniciar seu planejamento com a criação de um Balanço Patrimonial para, dessa maneira, ter elementos adequados na tomada de decisões inerentes ao empreendimento (SALAZAR e BENEDICTO, 2009, p. 21).

De acordo com Aresta e Sousa (1979), esse modelo de demonstração contábil é fundamental para analisar de forma mais criteriosa as atividades desenvolvidas por determinada empresa, e para ter credibilidade com órgãos públicos, financeiros e outros é necessário que seja elaborado por um profissional legalmente habilitado, mas também pode ser elaborado para simples análise, com objetivo de avaliar, controlar e gerenciar mensalmente as atividades de uma entidade. O responsável por essa elaboração deve organizar um plano de contas para facilitar seu entendimento e análises.

Sobre a importância do Balanço patrimonial, Sá (2004), reforça que o balanço em contabilidade é uma evidência de equilíbrio de elementos patrimoniais através de: causas, efeitos, tempo, espaço, qualidade e quantidade; ou seja, é uma demonstração gráfica dimensional de fatos patrimoniais.

Conforme a nova Lei 11.941/09 a estrutura do balanço patrimonial pode ser classificada da seguinte maneira:

Quadro 1 – Classificação da estrutura do Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Ativo Não Circulante Realizável a longo prazo Investimento Imobilizado Intangível	Passivo Circulante Passivo Não Circulante Patrimônio Líquido Capital Social (-) Gastos com emissão de ações Reservas de capital Opções Outorgadas Reconhecidas Reservas de lucros Ajustes de avaliação patrimonial Ajustes de acumulados de conversão Prejuízos acumulados (-) Ações em tesouraria

Fonte: Portal do CRP SP

De acordo com Lei da S/A 6.404/76, que regulamenta a contabilidade determina a divisão do balanço patrimonial em dois grandes grupos: ativo e passivo

como mostra a ilustração do quadro do balanço patrimonial. Segundo *Iudícibus et al.* (2003) o ativo são as aplicações de recursos compreendidas basicamente como bens e direitos, e dependendo do ocorrido o ativo pode gerar riquezas futuras para as entidades. No entanto, o passivo “compreende as exigibilidade e obrigações”, ou seja, é a saída de recursos da entidade.

É importante ressaltar que para obter uma melhor precisão e rapidez nas análises dos balanços, é necessário o auxílio da tecnologia, pois como as empresas vivem em constantes movimentos de transações comerciais os seus sistemas de contas são bastante complexos e a através da tecnologia com um simples programa de computador como o Excel ou mesmo software mais avançados como ERP, facilita a coleta dessas informações de maneira mais rápida, prática e segura.

2.2.1.2 Demonstrações de Resultados de Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um documento contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial. É uma ferramenta instituída pelas leis Lei Nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações por meio do Art.187 e lei Nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que trata sobre as disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras (BRASIL, 2007). O que torna a DRE eficaz para analisar empreendimentos e avaliar a lucratividade ou prejuízo de pequenos, médios e grandes negócio.

A DRE tem o objetivo de detalhar a composição do Resultado Líquido de uma empresa no período de seu exercício financeiro e deve ser elaborada obedecendo ao princípio do Regime de Competência em que o registro e as operações são realizados na data em que foram criadas, desconsiderando o prazo para o pagamento. De acordo com Marion (2006) a DRE é extremamente relevante para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo.

Souza (2002, p. 177) define a DRE como:

A demonstração do resultado do exercício é elaborada considerando-se o regime de competência dos exercícios para as receitas e despesas. Segundo esse regime, consideramos todas as receitas à vista e a prazo e todas as despesas incorridas pela empresa independente da forma de pagamento.

De acordo com o (CRC/PR, 2011) a DRE deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais: receitas; custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos; lucro bruto; despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais; parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial.

Além disso, devem ser incluídos também os resultado antes das receitas e despesas financeiras; despesas e receitas financeiras; resultado antes dos tributos sobre o lucro; despesa com tributos sobre o lucro; resultado líquido das operações continuadas; valor líquido dos resultados líquidos após tributos das operações descontinuadas e resultados após os tributos decorrente da mensuração do valor justo menos despesas de venda, ou da baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constitui a unidade operacional descontinuada e resultado líquido do período (CRC/PR, 2011).

Para Andrade (2012) a DRE é um instrumento de análise importante, pois é composta de diversas rubricas que mostra, de maneira clara, como estão os negócios da empresa e a partir dela pode-se fazer comparações entre as contas existentes que visam a melhoria da empresa no sentido de se reduzir custos e despesas e maximizar as receitas.

O nível de detalhamento dessas contas fica a critério de cada empresa e quanto mais detalhada forem essas contas mais fácil será a identificação dos setores mais eficientes e mais eficazes e também quais os setores que precisam reduzir seus gastos ou aumentar suas receitas (ANDRADE, 2012).

A contabilidade gerencial é primordial para apoiar o gestor das empresas em busca de alcançar seus objetivos através do gerenciamento de informações. Além da análise da DRE é indicado que o gestor da empresa faça uma projeção da DRE para o período seguinte, pois com essa ferramenta é possível estabelecer metas de crescimento, corte de gastos e aumento das vendas (MARION, 2006; ANDRADE, 2012). As demonstrações contábeis são relatórios que permitem essas análises e a DRE permite acompanhar a lucratividade da empresa os períodos de mais receitas, tratando-se da existência de sazonalidade nas vendas. A simples utilização correta dessa demonstração permite que as empresas sejam mais competitivas no mercado.

2.2.1.3 Demonstrações do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento (CRC/PR, 2011). As informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade proporcionam aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração (CRC/PR, 2011). O saldo de caixa é expresso em uma demonstração financeira e não econômica, assim, de acordo com Sebrae (2012), o DFC:

É um instrumento de controle que tem por objetivo auxiliar o empresário a tomar decisões sobre a situação financeira da empresa. Consiste em um relatório gerencial que informa toda a movimentação de dinheiro (entradas e saídas), sempre considerando um período determinado, que pode ser uma semana, um mês etc.

A DFC expõe todas as entradas e saídas de dinheiro durante um determinado período de tempo. De acordo com Silva (2010), estes fluxos evidenciarão os recebimentos e pagamentos, demonstrando as causas da variação do Capital Circulante Líquido (CCL) em um determinado período. O autor denomina a DFC como uma representação gráfica (planilha) e cronológica de entradas (ingressos) e saídas (desembolsos) de recursos monetários, o que permite a empresa executar suas programações financeiras e operacionais, projetadas para certo período de tempo”. Assim, caberá aos gestores analisarem como a empresa deverá comportar-se no período.

De acordo com a CVM n.º 547 de 13 de agosto de 2008:

A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes

entidades porque reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

O principal propósito da DFC é analisar e fornecer informações sobre os recebimentos e pagamentos de uma organização. O segundo propósito é proporcionar ao usuário da demonstração financeira uma compreensão das atividades operacionais, de financiamento e de investimento da organização (GRIFFIN, 2012). A DFC evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.

Segundo Marion (2013) é um instrumento que permite a análise da capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros, como por exemplo, empréstimos e financiamentos, acionistas (dividendos), a geração de resultados de caixa futuro e das operações atuais e a posição de liquidez e solvência financeira. De acordo com Neto (2015) o demonstrativo oferece ainda ao analista importantes informações sobre os fluxos de pagamentos e recebimentos ocorridos no período e as influências dessas operações sobre o caixa da empresa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa informa o efeito do caixa em suas atividades. Isso acontece ao classificar os efeitos em três categorias: efeitos do caixa em atividades operacionais, em atividades de investimento e em atividades de financiamento (GRIFFIN, 2012). Os Fluxos Financeiros Operacionais, descrevem as transações registradas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). Os Fluxos Financeiros de Investimentos são geralmente determinados por variações nos ativos não circulantes e destinados à atividade operacional de produção e venda da empresa e por fim os Fluxos Financeiros de Financiamentos referem-se as operações com credores e investidores (NETO, 2015).

As atividades operacionais estão diretamente relacionadas com as atividades primárias desenvolvidas pela empresa, as quais resultam em entradas e saídas de caixa. Conforme Iudícibus *et al.* (2010) algumas das principais movimentações que afetam o fluxo de caixa operacional são: recebimento de vendas e serviços à vista ou de duplicatas descontadas, recebimento de dividendos, pagamentos a fornecedores, pagamentos de impostos aos governos e pagamentos de juros, bem como, de outros recebimentos que não sejam decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

As atividades de investimento estão as atividades classificadas como de longo prazo, ligadas ao objetivo social da empresa. Representa as entradas e saídas de

recursos atribuídos aos itens de caráter mais permanente da organização, contribuindo para produzir bens e serviços. As atividades de financiamento estão relacionadas às movimentações que afetam o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade por meio de empréstimos, captações de recursos e financiamentos.

Conforme o CPC 03 (2010) a classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A elaboração e evidenciação da DFC podem ocorrer sob dois métodos: direto e indireto. A DFC elaborada pelo método direto, de acordo com Zdanowicz (2012), caracteriza-se por relacionar os elementos dos fluxos por valores brutos, menos os itens mais significativos de entradas e saídas da empresa.

De acordo com Marion (2009) o método indireto consiste em estender a análise dos itens não circulantes as alterações ocorridas nos itens circulantes, excluindo as disponibilidades, cuja variação estamos buscando demonstrar". Assim, a DFC pelo método indireto demonstra as origens e aplicações de caixa resultante das alterações ocorridas no ciclo operacional da empresa, além de permitir a avaliação do percentual de lucro que está sendo revertido em caixa, pois esse método utiliza-se como base, no lucro líquido informado na DRE.

De acordo com Frezatti (1997), algumas organizações veem o fluxo de caixa como um instrumento tático, utilizado no gerenciamento e controle das operações diárias por meio de relatórios simplificados e com menor âmbito de atuação, mas ainda assim, importantes para o planejamento e gerenciamento. Em contrapartida, outras conseguem aproveitar o fluxo de caixa como um instrumento de maior alcance, utilizando-o com perspectivas estratégicas ao elaborar uma projeção mais estendida para o fluxo do caixa.

Gonçalves e Conti (2011) esclarecem que a atuação do fluxo de caixa vai depender do porte, do ramo e também das necessidades de cada instituição. Empresas que apresentam grandes oscilações tendem a trabalhar com informações de curto prazo, diário, semanal ou mensal, enquanto empresas com maior estabilidade em suas vendas se adaptam ao fluxo de caixa projetado para períodos maiores, tais como trimestral, semestral ou anual.

2.2.2 Gestão rural

De acordo com Andrade (2001) a gestão rural pode ser entendida como o estudo da organização e operação de uma propriedade/empresa rural visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores. Portanto, é uma das ferramentas indispensáveis para alcançar um desenvolvimento sustentável da propriedade como um todo, independentemente do seu tamanho. Além disso, o foco não pode ser apenas em buscar a máxima produção a qualquer custo, é preciso buscar a máxima relação custo x benefício nas atividades desenvolvidas.

Sendo assim, o gestor rural precisa responder várias questões no dia a dia de sua propriedade, como pode ser visualizado na Figura 1, sendo que o maior gargalo da gestão está no item que se refere a análise financeira da propriedade rural.

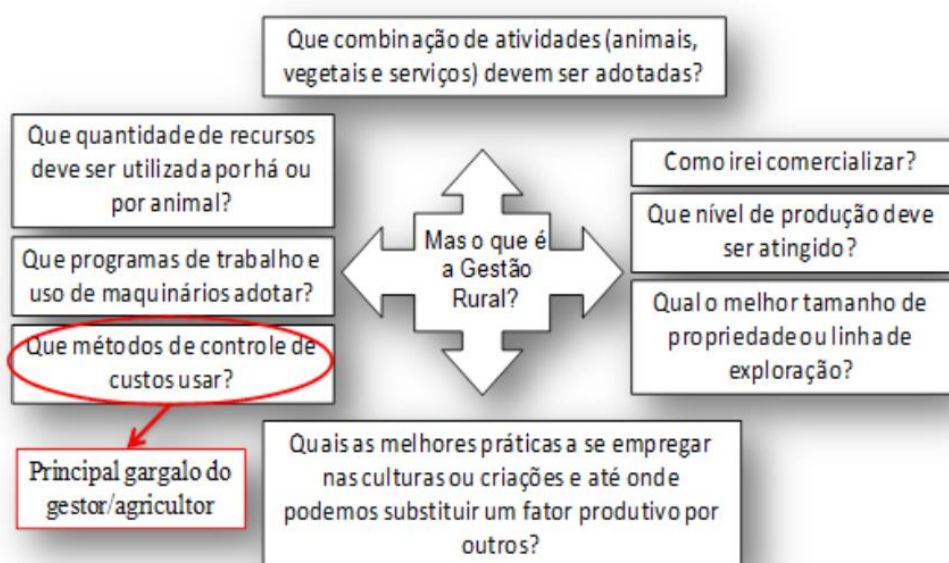


Figura 1 – Funções e gargalos do gestor rural Fonte: Breitenbach (2014)

Breitenbach (2014) destaca que essas questões levantadas não contemplam todas as decisões que os agricultores precisam tomar na gestão de suas propriedades, mas busca trazer para a discussão as principais, como: combinação de atividades da propriedade; formas de comercialização; níveis de produção a serem atingidos; melhor tamanho de propriedade ou exploração; práticas empregadas e substituição de fatores produtivos; programa de trabalho e utilização de maquinários, e; métodos de controle de custos.

Outro fator pouco considerado na gestão das propriedades é a importância da diversificação da propriedade, bem como a consideração da importância das atividades destinadas tanto para comercialização como para o consumo e subsistência da família (BREITENBACH, 2014).

Observa-se, portanto, que o gestor rural tem muitos desafios para permitir a eficiência e eficácia de sua propriedade rural. Portanto, fica o questionamento e reflexão se o agricultor está preparado para efetuar essa gestão eficientemente? Caso não esteja, quem vai o auxiliar nessa tarefa? Estão os extensionistas rurais preparados para auxiliar os agricultores, especialmente no que se refere à gestão financeira?

2.3 PECUÁRIA DE CORTE

O agronegócio brasileiro é uma atividade econômica importante para o país, com papel de destaque na geração de emprego e renda e no equilíbrio da balança comercial do país. Dentre as atividades do agronegócio, a pecuária bovina de corte teve papel relevante na definição de estratégias institucionais de ocupação do espaço rural e no avanço da fronteira agropecuária. Segundo Euclides Filho (2000, p. 85):

Entende-se por sistema de produção de gado de corte o conjunto de tecnologias e práticas de manejo, bem como o tipo de animal, o propósito da criação, a raça ou grupamento genético e a ecorregião onde a atividade é desenvolvida. Devem-se considerar, ainda, ao se definir um sistema de produção, os aspectos sociais, econômicos e culturais.

No Brasil, existem diversos sistemas de produção dependendo da finalidade do rebanho. De modo geral, o setor pecuário está dividido em um *continuum* que se inicia com a produção de bovinos para subsistência, no qual fazem uso de práticas muito simples, passa por todos os níveis de incorporação de tecnologia até culminar em sistemas produtivos altamente tecnológicos (MALAFAIA *et al.*, 2019).

Segundo Nunes *et al.*, (2012) e Quadros (2005), dentre as finalidades do rebanho, a pecuária de corte pode ser dividida em pecuária comercial e pecuária de elite. A pecuária comercial visa a produção de carne bovina de alta qualidade para consumo humano, além de fornecer matéria-prima para indústrias como a farmacêutica, cosmética, calçadista e de vestuário. Por outro lado, o gado de elite foca

na criação, produção de matrizes e reprodutores de alta genética para o fornecimento de animais melhorados a rebanhos multiplicadores e comerciais.

Além disso, dentro da atividade pecuária, existe uma especialização dividida em três as fases: a cria, a recria e a engorda. Essas fases representam etapas que os animais que se destinam ao abate passam e podem ser desenvolvidas de forma conjunta ou individualmente. A importância em se estabelecer fases de produção, além da justificativa econômica, se verifica quanto ao manejo, isto é, a aplicação de medicamentos, alimentação, tipo de pasto, quantidade e preço da terra, lotação e transferências de pastos etc., haja vista que o animal jovem tem uma alimentação, uma medicação diferente do animal adulto, assim como o ser humano. Marion (2002, p. 106) define assim essas fases:

- a) Cria: a atividade básica é a produção de bezerro que só serão vendidos após o desmame;
- b) Recria: a atividade básica é, a partir do bezerro adquirido, a produção e a venda do novilho magro para a engorda;
- c) Engorda: a atividade básica é, a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilho gordo.

De acordo com Buainain e Batalha (2007), outro fator importante na cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira, é o conjunto de agentes que apresenta uma grande heterogeneidade: de pecuaristas altamente capitalizados a pequenos produtores empobrecidos; de frigoríficos com alto padrão tecnológico, capazes de atender a uma exigente demanda externa, a abatedouros que dificilmente preenchem requisitos mínimos da legislação sanitária.

A cadeia da carne bovina possui posição de destaque no contexto do agronegócio brasileiro, ocupando vasta área do território nacional e respondendo pela geração de emprego e renda de milhões de brasileiros. A Figura 2 apresenta a cadeia produtiva de carne bovina que é um conjunto de componentes interativos, com diferentes sistemas produtivos, fornecedores de serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização de produtos e subprodutos, e seus respectivos consumidores finais (MALAFAIA *et al.*, 2019).

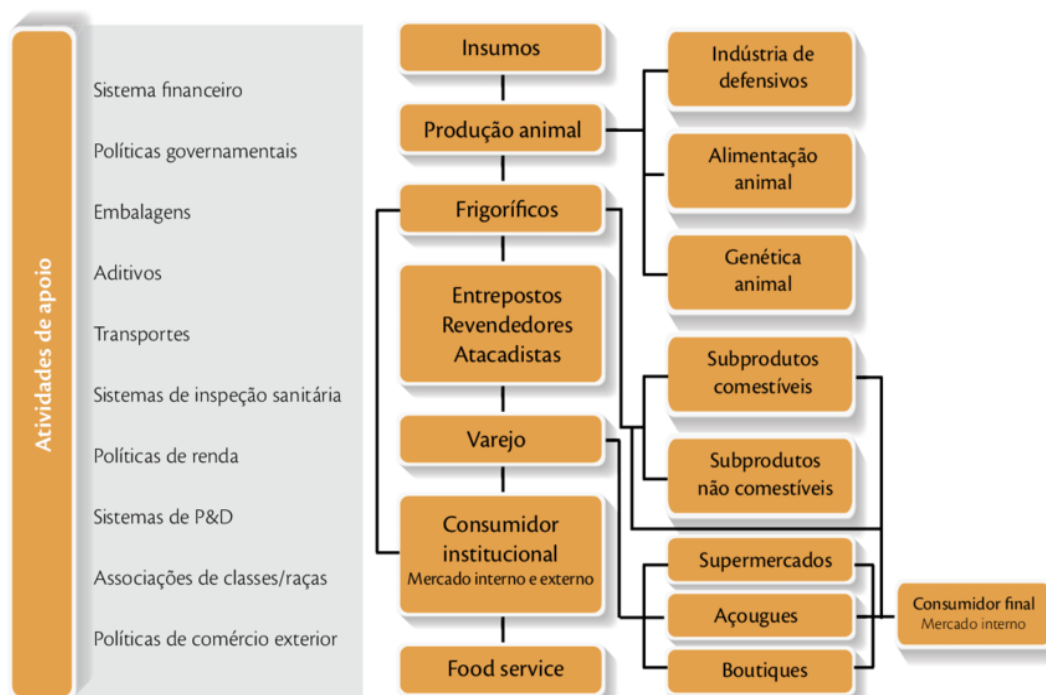


Figura 2 – Estrutura da cadeia produtiva da pecuária de corte Fonte: Vieira Junior, 2015.

Contudo, a definição e implantação de um sistema de produção que visa o lucro e fundamentalmente renda ao produtor necessita de uma abordagem mais ampla. Pois, para produzir dentro da porteira, antes de definir a tecnologia de processos e o sistema de produção, é essencial o entendimento de todo o macrosistema que envolve essa produção. Disponibilidade de capital, acervo tecnológico, vocação do empresário, logística regional, mercado, características do consumidor, recursos humanos, legislação, meio ambiente e clima são alguns dos fatores que harmonicamente definirão o sistema. Assim, para integrar os pilares da tecnologia de processos – genética, nutrição, sanidade e manejo – necessário será observar aqueles fatores (BARCELLOS *et al.*, 2004).

2.3.1 A Contabilidade aplicada a pecuária de corte

Com o grande avanço da pecuária, que vem se tornando uma das principais fontes de renda no Brasil, surgiu a grande necessidade de uma atualização dos meios de gerenciamento nas empresas rurais, sendo hoje uma realidade fundamental para alcançar resultados de produção e produtividade que garantam o processo de empreendimento (ELEUTÉRIO *et al.*, 2015).

Diante disso, a Contabilidade, pode suprir o gestor de informações úteis para a tomada de decisão, seja de ordem financeira, econômica ou operacional. Afinal, o concorrido mercado mundial originado pela globalização, criou um novo ambiente para os negócios, onde a informação transformada em conhecimento é uma vantagem competitiva, dividindo a linha tênue entre a descontinuidade ou continuidade de uma atividade (BARBALHO *et al.*, 2006).

Crepaldi (1998) afirma que através do uso da tecnologia se permite interligar criações, atualmente é possível obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos. Um método eficaz para uma adequada avaliação da administração do empreendimento pode ser resumido em duas etapas: levantamento do estágio atual e elaboração de um plano de medidas a serem tomadas em curto prazo.

A tomada de decisão do gestor para intensificar a produção de bovinos pode ser influenciada pelo seu perfil socioeconômico, a finalidade da atividade, fase de desenvolvimento do animal; preço da arroba do boi, coordenação entre os agentes da cadeia produtiva da carne e disponibilidade dos fatores de produção (BOWMAN *et al.*, 2012). O gestor da propriedade precisa compreender as interações entre relevo-solo-clima-plantas-animal-mercado. Portanto, essa atividade exige do gestor uma abordagem sistêmica e multidisciplinar (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Por exemplo, Barbalho, Pereira e Oliveira (2006) explicam que a ciência contábil pode auxiliar o gestor rural na determinação de qual fase é a mais rentável ou se deve diminuir o ritmo de alguma fase ou mesmo abandoná-la. No caso da cria como exemplo, quando o pecuarista conhece bem os seus custos de produção do bezerro, ele poderá compará-lo com o mercado e verificar se no atual cenário não é mais interessante vender a matriz (vaca) e comprar o bezerro para recria no mercado. No caso da engorda, quando os preços de venda estão em baixa, as informações contábeis, principalmente os custos de produção dessa fase, podem contribuir com o pecuarista a concluir se o ganho de peso valorado desse animal terminado, até encontrar o melhor preço, compensará os custos da manutenção do mesmo no pasto. Atualmente as propriedades pecuárias tendem a adotar o ciclo completo, ou seja, a cria, a recria e engorda, pois entendem que com a integração das fases, a rentabilidade é melhor.

De acordo com Barasuoul (2019) o pecuarista pode fazer uso de instrumentos e meios para auxiliá-lo na tomada de decisão, como: Balanço Patrimonial,

Demonstrações do Fluxo de Caixa, planejamento nas atividades rural, sistemas para verificar os custos da produção, dentre outros. Uma variedade de meios, quando aplicados corretamente com o auxílio de um profissional contábil, permite ao gestor entender todas as operações da sua fazenda, evidenciando de que forma pode melhorar o seu desempenho.

Para Ferraza e Castellani (2021), a contabilidade como sistema de auxílio à decisão possui a capacidade de agregar as informações de forma a auxiliar o gestor no processo decisório, diluindo ou amenizando possíveis análises ambíguas quanto as movimentações patrimoniais. Apesar disso, a pecuária brasileira ainda carece de melhorias nos aspectos gerenciais e no aumento de produtividade para garantir maior competitividade.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Metodologicamente, esta pesquisa configura-se como qualitativa, exploratória, e em relação aos procedimentos técnicos. Collis e Hussey (2005) ensinam que, em uma pesquisa qualitativa, os dados coletados não devem ser quantificados. Os autores comentam que por meio da pesquisa qualitativa, são obtidos dados como: opiniões, atitudes, sentimentos e expectativas. Estes itens não podem ser quantificados por serem singulares de indivíduo para indivíduo.

A coleta deste tipo de dados possibilita evidenciar condutas e opiniões dos entrevistados. Os autores ensinam, também, que nesse processo de coleta de dados pode se fazer uso, ainda, de informações sobre: preferências, hábitos, comportamentos e muitos outros fatores

A respeito da pesquisa exploratória, Mattar (2017) explica que é válida para aumentar o conhecimento do pesquisador sobre o tema abordado, podendo auxiliar a definir as prioridades e gerar subsídios sobre as possibilidades práticas de encaminhamento da pesquisa.

Além disso, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, já que se iniciou a partir de um estudo sistematizado que se desenvolveu com base em material publicado em livros, artigos, dissertações e teses, sites da internet, publicações periódicas, anais de congressos, conforme cita os autores Prodanov e Freitas (2013).

Vergara (2016) advoga que a pesquisa bibliográfica é importante para o levantamento de informações básicas inerentes a temática em questão, além disso, tem por vantagem fornecer ao pesquisador um instrumento analítico para qualquer tipo de pesquisa.

Todo o material bruto encontrado através da pesquisa bibliográfica foi cuidadosamente analisado, catalogado e separado, conforme o caso e grau de relevância para o estudo, após sucessivas etapas de leitura com maior crítica à adequação do conteúdo.

3.2 QUANTO A ABORDAGEM DA PESQUISA

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que a obtenção dos dados explicativos sobre a importância da Contabilidade rural ocorreu mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação estudada. Utilizou-se a abordagem qualitativa de acordo com o Martins e Theóphilo (2016), pois tem como predominância a descrição, compreensões e interpretações dos fatos, ao invés de medições.

3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Quanto ao instrumento da pesquisa, este trabalho constitui-se de um estudo de caso. Considerando a problemática de pesquisa bem como os objetivos propostos, na execução do estudo de caso na qual analisou a propriedade rural, denominada de Fazenda Medianeira. A escolha da entrevista se deu em função do atendimento aos objetivos da pesquisa e pelo acesso às informações da metodologia escolhida.

Para Pessôa (2007) o estudo de caso é ideal para o estudo de fenômenos contemporâneos, utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionários, observações de fatos e análise documental.

Yin (2001) afirma que o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo, com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados, ou seja, é uma estratégia de pesquisa abrangente.

3.4 COLETA DOS DADOS

Inicialmente, ocorreu uma visita *in loco* em 2022 para acompanhamento e para auxílio ao processo de registro das informações visando construir uma metodologia abrangente sobre a propriedade. A visita permitiu um olhar *in loco* da realidade do pecuarista, identificando determinantes das atividades contábeis percebidos no ambiente.

Visando a coleta dos dados da pesquisa foi realizada uma entrevista, no dia 05 de fevereiro do ano de 2023. Com relação a coleta de dados, a entrevista é definida

como semiestruturada, ou seja, apresentou perguntas definidas, mas caso o entrevistado se sentisse à vontade para relatar algum acontecimento, foi aberto a ele esse diálogo.

A entrevista foi dividida em 3 partes sendo: a primeira parte – o Perfil do participante; a segunda destinava-se a conhecer o Perfil da empresa e a terceira parte abrangia as Questões da pesquisa referentes à utilização da Contabilidade na Gestão da propriedade rural.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para elaboração do roteiro de entrevista, teve-se por base as observações dos autores encontrados na literatura, com o objetivo de levantar a percepção e as opiniões do pecuarista acerca da atividade exercida, levando em consideração os resultados passados, as percepções presentes e o que o produtor espera futuramente no exercício da atividade de pecuária de corte.

A análise dos dados foi feita por meio de entrevistas divididas em categorias, em que as falas com ideias semelhantes se reuniam em uma mesma categoria. Além das questões referentes ao perfil do participante e da empresa rural, a entrevista foi dividida em duas categorias, sendo elas: Familiaridade e uso de recursos contábeis no controle da fazenda e a Visão pessoal do proprietário sobre a importância da Contabilidade rural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DO PARTICIPANTE

O entrevistado da pesquisa é do sexo masculino e é o proprietário da Fazenda Medianeira, preferiu não expor sua idade. Buscou-se saber sobre o grau de escolaridade e o participante informou não possuir formação de nível superior, tendo cursado seus estudos até o segundo grau completo.

Segundo Borsanelli *et al.*, (2014) a baixa escolaridade por parte, principalmente dos pequenos e médios produtores, pode ser um entrave à adoção de tecnologias e profissionalização da pecuária no Brasil. Por exemplo, a escolaridade e volume de produção têm associação com a percepção de risco de produtores de leite no uso de produtos veterinários, sendo os produtores com menores escolaridades e volumes de produção, mais vulneráveis aos riscos existentes no manejo sanitário do plantel e pior remunerados.

4.2 PERFIL DA EMPRESA RURAL

O estudo foi realizado em uma propriedade rural, nomeada de Fazenda Medianeira, localizada no sudoeste do Estado do Pará, comunidade São Sebastião, na BR-163 (Santarém-Cuiabá). Visando conhecer a realidade da entidade, especialmente a sua estrutura e as atividades econômicas que são desenvolvidas, com objetivo de compreender os procedimentos de custeamento, realizou-se uma entrevista, no período de fevereiro de 2023.

Durante a visita, guiada pelo proprietário da fazenda, identificou-se que a propriedade possui uma área estimada de 100 hectares, no qual 50% é área de floresta e os outros 50% é destinada para área de pecuária. De acordo com a classificação da Lei n. 8.629/1993, que trata do módulo fiscal, a entidade pode ser enquadrada como pequena propriedade, haja vista o fato de possuir área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais (BRASIL, 1993).

Em sua atividade na pecuária, a fazenda utiliza as três fases do processo de produção: a cria, a cria e a engorda. Não há, atualmente, qualquer outra atividade econômica sendo exercida, apenas criação de galinhas, porcos, cavalos e cabras para consumo próprio.

O sistema utilizado para a criação do gado, método mais comum em toda a região, é a pecuária extensiva, que é a criação do gado a pasto solto. Tal método de criação exige uma grande área de ocupação. Neste aspecto, os dados são coincidentes com os achados de Souza (2009). O gado criado pertence a raças distintas, sendo que a maioria dos bovinos pertencem à raça Nelore.

Questionou-se ao entrevistado, quais as principais dificuldades enfrentadas durante o período do seu rebanho, e foi respondido que: **“A maior dificuldade que encontramos foi a formação dos pastos, porque tem que ter muita atenção com o solo e a forrageira que vai ser usada, e o investimento para isso é alto”**.

A dificuldade inicial encontrada pelo proprietário corrobora com a opinião de Dias-Filho (2012), no qual afirma que a formação e o manejo inicial das pastagens são fases muito importantes para o sucesso do empreendimento pecuário, pois problemas na formação tornam a pastagem menos produtiva e mais suscetível à degradação. Dentre os principais problemas para a boa formação da pastagem destacam-se o preparo impróprio da área, o uso de sementes de baixa qualidade, a semeadura em época ou profundidade inadequada e a época inadequada do primeiro pastejo. Portanto, é importante que o produtor rural seja bastante criterioso no desenvolvimento dessas fases.

Também questionou ao participante, de que forma é realizado o controle do rebanho na fazenda. Sobre essa questão o proprietário relatou que: **“Na nossa fazenda fazemos o controle por lotes”**. A padronização de lotes, permite aumentar a previsibilidade de abates dos animais, além de ajudar no manejo específico de diferentes categorias, como bois em engorda, vacas gestantes, categorias em recria, entre outros motivos (SILVA, 2019). Conhecer o custo real de cada lote a qualquer momento é uma informação imprescindível para a gerência, pois serve para apurar a rentabilidade após a venda e também para determinar o ponto ótimo de vendas (MARION e SEGATTI, 2010).

Buscou-se identificar quantos funcionários trabalham no manejo de pasto da Fazenda, no entanto, a propriedade não conta com auxílio de funcionários e trabalha apenas com a mão de obra familiar, podendo caracterizar a atividade como agricultura familiar ou de subsistência. Este resultado está de acordo com Lopes *et al.* (2008), na qual relatam que 82,14% das propriedades usam mão de obra familiar e apenas 17,85% possuem empregados com salário.

De acordo com Clemente (2015) a agricultura familiar consegue absorver relativamente significativa renda aos pequenos proprietários rurais e trabalhadores do campo, além de ter grande capacidade de gerar produtos e alimentos saudáveis. Essa importância da agricultura familiar se reveste de um caráter ainda mais estratégico se levarmos em conta que a agropecuária é o setor responsável diretamente pela dinâmica econômica em diversas regiões do país, em especial nos municípios situados no interior do país, como é o caso deste estudo.

Os resultados aqui encontrados são típicos de pequenos produtores rurais, nos quais as famílias vivem da venda de produtos de suas terras. Portanto, a agropecuária é uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo. E o fato de a área ser pequena em comparação com grandes produtores, faz com que os proprietários não contratem mão de obra externa, pois teria que arcar com custos como salário e seria mais uma despesa para o proprietário, portanto, trabalham apenas com a mão de obra familiar. Além disso, a criação de gado por pasto, é um sistema bastante utilizado e seu custo de implementação é relativamente baixo, por isso a escolha desse tipo de controle por parte do pecuarista.

4.3 FAMILIARIDADE E USO DE RECURSOS CONTÁBEIS

Através da entrevista, foi possível ter conhecimento da não familiaridade do proprietário com os custos e retornos da criação de bovinos. O proprietário relata possuir pouca familiaridade com a contabilidade, além de considerar pouco importante na gestão da fazenda, pois em sua visão, sua propriedade caminha bem sem a gestão contábil.

Conforme Paula Jr. (2019), a baixa escolaridade no agronegócio é uma realidade, pois de acordo com a autora quanto maior a escolaridade dos produtores rurais maior será a sua produtividade, mesmo que a formação não seja voltada ao agronegócio. Diante disso, percebe-se que quanto maior a escolaridade dos produtores rurais, maior o conhecimento e maior é a utilização pelos serviços de um profissional da contabilidade

Outro fator importante a se mencionar, é que o proprietário não faz controle de seus gastos, e nem a separação dos gastos pessoais com o da criação de gado. Conforme dados fornecidos, não é utilizado nenhum método de custeio, uma vez que são feitas apenas anotações esporádicas do que é gasto, devido a isso pode-se fazer

apenas um cálculo aproximado dos gastos da propriedade. Inexistem softwares para registros das informações, os dados coletados originaram-se de cadernos, notas de saída dos produtos, notas de compra e recibos fornecidos pela propriedade.

Além disso, não possui nenhum auxílio de um profissional contábil, apenas um contador para controle financeiro e questões burocráticas (documentações, declaração de imposto de renda, etc.). Esses resultados também foram encontrados no estudo de Rabelo (2019). Segundo o entrevistado, a maioria dos produtores não usa os dados da contabilidade, normalmente por não saberem os benefícios que poderão obter. Sendo assim, a não utilização de um sistema de custo, pode arretar em possíveis prejuízos, já que não se sabe o custo de um animal, consequentemente, não se sabe a margem de lucro.

Em um estudo feito por Dias *et al.* (2019) evidenciaram que grande parte dos agricultores que participaram confirmam não fazer a separação dos gastos pessoais com gastos das atividades por eles realizadas nas propriedades, enfatizando assim que somente 20% declaram realizar esse tipo de controle.

Resultado semelhante foi identificado por Coelho *et al.* (2018) em um estudo realizado com os agricultores familiares de Nova Olímpia-MT, na qual a maioria dos proprietários nunca anotam os custos e as receitas da produção. Infere-se que a falta de controle e apuração se dá em razão de que o proprietário é responsável por todas as tarefas da unidade de produção – desde a preparação do solo, plantio, manutenção, abate, transporte até a comercialização etc., ou seja, restando pouco tempo para atividades burocráticas e também o baixo nível de escolaridade, pois a maioria não possui o ensino fundamental completo.

De acordo com Martins (2003), o controle de custos possui a finalidade de solucionar os problemas de mensuração monetária dos estoques e consequentemente utilizar o resultado como instrumento de administração no planejamento estratégico. No entanto, muitas entidades independentemente do tamanho, passam por dificuldades de ajustamento e readequação dos custos e preços dos seus produtos. Neste contexto, o conhecimento dos custos é vital para formar o preço de comercialização do produto e analisar a viabilidade da produção.

Através dos resultados, observa-se que a função da contabilidade, ainda é pouco conhecida pelo pecuarista, pois, faz raríssimo uso de instrumentos e informações contábeis, apesar disso, demonstra ter certo entendimento no que se refere a essas técnicas, mas ainda, desconhecendo as técnicas voltadas para o

desenvolvimento de sua atividade. Nesse âmbito, é necessário que o pecuarista tenha uma visão de sua fazenda como uma empresa, a fim de buscar uma maior competitividade e rentabilidade, aplicando na sua propriedade formas concretas para um melhor planejamento e controle, pois com o a evolução da tecnologia e a busca por adquirir produtos de melhores qualidades, o produtor rural necessita desenvolver cada vez mais técnicas tanto na área de produção como também no gerenciamento financeiro de sua propriedade.

A contabilidade rural, portanto, pode ser considerada uma ferramenta que contribui para minimizar os impactos gerados pela falta de conhecimento técnico e problemas com gerenciamento e controle do pecuarista. Por exemplo, definir o preço de venda é um fator determinante, pois, se este não for realizado de forma adequada apresentará consequências diretas em suas decisões.

4.4 VISÃO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL

Quando questionado se a falta de acompanhamento de um profissional contábil no ramo rural, poderia acarretar problemas econômicos na área urbana, o proprietário respondeu: **“Acredito que não, quando se tem uma boa administração por conta própria, creio que não faz muita diferença ter a presença de um contador na rotina”**.

Esse é um dos grandes problemas enfrentados por parte dos profissionais da área da contabilidade rural, pois a maioria dos pequenos pecuaristas não buscam auxílio dos Contadores porque acreditam que não precisam deste tipo de serviço, seja por ser muito caro, ou não sabem o que o profissional pode fazer, ou acham que o profissional os está enganando, etc. Essa falta de informações acaba prejudicando esses pequenos pecuaristas, pois se utilizassem desses meios poderiam expandir sua produção, melhorar o gerenciamento de recursos e tornar-se mais atuante no mercado.

Baen e Lopes (2022) afirmam que na atualidade, nota-se uma carência nítida de falta de informação e uma preocupação excessiva em relação ao imposto de renda, quando na verdade a escrituração é também de suma importância se feita mês a mês, já que com ela o produtor rural teria mais facilidades em suas atividades e também uma tributação provavelmente menor, por acompanhar detalhadamente as suas

ações. O livro caixa em que é feita a escrituração é claro e objetivo, onde o profissional contábil irá analisar mimosamente cada compra, venda ou até mesmo algum serviço prestado para que assim possa relatar qual real é a sua situação.

No entanto, o proprietário relata que: **“entendo que a contabilidade é importante quando não se tem muita noção do que fazer dentro de uma propriedade, mas quando é usada de forma errada pode sim afetar negativamente, principalmente em questão de valores que serão repassados.”**

Observa-se nesse questionamento a reluta por parte do proprietário em aceitar um profissional contábil na gestão de sua fazenda. Na visão do pecuarista, se nada deu errado e eu tenho o mínimo na minha fazenda, não interessa saber os benefícios que a atividade da contabilidade possa trazer, pois contratando um profissional especializado, seria mais uma despesa sem nenhum retorno, visto que para ele o conhecimento do mesmo é suficiente. Nota-se, portanto, que essa profissão é muito sujeita a questionamentos, especialmente sob o âmbito tributário, cuja legislação no Brasil é muito complexa e instável.

Segundo Baen e Lopes (2022), um dos principais motivos apontados em sua pesquisa por grande parte dos produtores rurais que não fazem uso das ferramentas contábeis como instrumento de gestão nas atividades é o preço cobrado pelo Contador, pelos serviços prestados. Também foi falado pelo referido autor sobre a falta de confiança referente ao profissionalismo do Contador e a carência de profissionais na região pesquisada.

Por fim, perguntou-se ao proprietário se as ferramentas da contabilidade poderiam auxiliar na administração da propriedade rural e quais seriam os benefícios, e foi respondido que: **“Acredito que sim, se a pessoa que administra uma propriedade não tem muita noção de como fazer isso ou por onde começar, usar a contabilidade é uma boa opção nesses casos. Acho que ajudaria a melhorar o desempenho da produção e até tomar a melhor decisão para as situações de risco.”**

Apesar da resistência em adquirir o auxílio de uma gestão contábil, o proprietário reconhece a importância do profissional na administração das propriedades rurais. Esse é um ponto importante, pois com o avanço pecuária e o desenvolvimento do agronegócio, esse comportamento não cabe mais dentro dos empreendimentos rurais. O pequeno produtor precisa acompanhar o desenvolvimento

tecnológico e fazer uso de novas tecnologias disponíveis no mercado. Portanto, expor esses pontos para o proprietário pode convencê-lo de adotar tais atividades.

Crepaldi (2019) afirma que, por menores que as atividades sejam, o uso de técnicas contábeis é necessário, e muitos agricultores acreditam que por serem pequenos, não necessitam dessas técnicas, arquivando os fatos apenas em suas memórias ou de forma informal. Em virtude da utilização da contabilidade atual sendo um instrumento gerencial, é necessário que todo administrador saiba usar essa ferramenta na gestão de suas atividades. O produtor rural tem se convencido que precisa estar por dentro das informações de seu Contador para identificar as formas de como deve ser conduzido seu negócio. Com esse novo olhar a contabilidade vai possibilitar a obtenção de mais vantagens, bem como um maior controle sobre sua atividade, viabilizando uma melhor interpretação de custos e índices da empresa.

Embora tenha encontrado poucos registros escritos na propriedade, às entrevistas com o pecuarista possibilitou chegar-se a uma conclusão sobre a forma como é feita a tributação na atividade realizada na fazenda. Esses resultados ajudam a sugerir que o proprietário adote um sistema de controle dos custos, tendo como ferramenta a caderneta de campo, para auxiliar no gerenciamento dos custos e na tomada de decisões. Podendo assim, visualizar a rentabilidade da propriedade e, quais as possíveis alternativas para a propriedade ter um maior ganho na produção.

4.5 SUGESTÕES

Diante dos resultados obtidos em entrevista com o proprietário, foi possível apresentar propostas de mudanças administrativas para melhorias no desempenho de produção e gestão da propriedade.

a) Controle de gastos da propriedade por Demonstração de Fluxo de Caixa: Os resultados obtidos por Demonstração de fluxo de caixa possibilitam que haja melhor compreensão da real situação da saúde financeira da propriedade, além disso, é possível detectar possíveis erros em orçamentos.

Quadro 2 – Sugestão da Demonstração do Fluxo de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA		R\$
ATIVIDADES DE PRODUÇÃO		MÊS XX
(+)	VENDA DE BOVINO	
(+)	VENDA DE LEITE	

(-)	COMPRA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	
(-)	COMPRA DE RAÇÕES E SAL	
(-)	COMPRA DE VACINAS	
(-)	COMPRA DE COMBUSTÍVEIS	
(-)	COMPRA DE PEÇAS	
(-)	MÃO DE OBRA MECÂNICA	
(-)	MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS	
(-)	MATERIAL DE EXPEDIENTE	
(=)	TOTAL	
INVESTIMENTO		
(-)	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	
(-)	COMPRA DE ARAME	
(-)	COMPRA DE MATERIAL PARA INSEMINAÇÃO	
(-)	BALANÇA PARA PESAGEM	
(=)	TOTAL	

Fonte: Autoras (2023)

b) Contratação de um contador: Ainda que as sugestões de melhoria tragam o devido aproveitamento real das atividades, para que isso aconteça, no entanto, o proprietário pode considerar também, a possibilidade da contratação dos serviços de um contador. Com a visão no lucro, o produtor rural pode acompanhar a sua capacidade de produção, organizar as atividades da propriedade, fazer alguns registros na planilha *Excel*, mas faltam ao administrador às ferramentas que o contador pode oferecer para alcançar seus objetivos.

c) Separação de gastos pessoais: Para que haja melhor compreensão do lucro obtido com a atividade exercida na propriedade, é necessário que haja a separação de gastos pessoais para que não sejam inseridos erroneamente dentro dos custos e despesas da fazenda. Em vista disso, foi elaborado uma planilha para anotações de gastos pessoais.

Quadro 3 – Sugestão de cronograma para gastos pessoais.

Gastos Pessoais Ano X	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Pessoal (Gasolina)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde/Medicamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Internet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roupas/Calçados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telefone	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ração para animais de estimação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Autoras (2023)

Dessa forma, destaca-se que a contabilidade rural deve garantir ao pecuarista, o planejamento de seus orçamentos, dar subsídios à tomada de decisões e possibilitar um maior controle do resultado de suas atividades. Além de servir como ferramenta para a gestão da propriedade, procurando o prosseguimento e a manutenção da atividade com resultados promissores, tendo em vista que estes serão herdados aos seus sucessores, sendo considerado um importante aspecto social que gera renda, agrega valor na atividade e possibilita qualidade de vida (ALMEIDA e BORGES, 2020).

No entanto, para que isso aconteça deve considerar a possibilidade da contratação dos serviços de um contador. Com a visão no lucro, o produtor rural acompanha a sua capacidade de produção, organiza as atividades da propriedade, faz alguns registros na planilha *Excel*, mas faltam ao administrador às ferramentas que o contador o pode oferecer para alcançar seus objetivos. Por fim, fica a proposta de uma nova análise na atividade realizada pela propriedade com objetivo de verificar se houve alterações na tributação feita pela propriedade e se houve a contratação do contador, além de verificar os benefícios trazidos pela sua contratação.

5 CONCLUSÃO

Levando em consideração os objetivos propostos nesse TCC, constata-se através do estudo que a ausência de ferramentas contábeis na Fazenda Medianeira deixa de apresentar informações muito necessárias como ferramenta de gestão. O pecuarista possui a percepção que a Contabilidade tem função importante, no entanto, não faz uso dessa ferramenta, pois acredita que tudo está fluindo bem em sua propriedade.

Em função disso, não consegue ter a análise de ações originadas da prática econômica evidenciadas diariamente, bem como não compreende o que pode estar gerando prejuízos em um gasto desnecessário e não atrativo para os objetivos traçados, o que impede de o pecuarista promover melhores resultados para a família que sobrevive da venda dos gados que possui.

Embora tenha encontrado poucos registros escritos na propriedade, às entrevistas com o administrador possibilitou chegar-se a uma conclusão sobre a forma como é realizada a tributação na atividade realizada na fazenda. O principal meio de controle é através da divisão por lotes, o que facilita o controle do gado, mas não é o suficiente para a tomada de para que o proprietário possa realizar um planejamento tributário eficaz, que os auxilie nas tomadas de decisão, evitando prejuízos futuros.

Sendo assim, o profissional da Contabilidade trará benefícios à atividade realizada na propriedade rural, pois a legislação vigente sobre a tributação na atividade rural é muito nova e restrita. Além disto, detectou-se um grande desconhecimento no uso da tecnologia e sobre os sistemas de informações utilizados na arrecadação dos tributos e contribuições, tanto do produtor rural pessoa física quanto das autoridades envolvidas no processo. Situação esta, que o profissional da contabilidade pode colaborar nas atividades de apuração da tributação da atividade rural de acordo com as leis vigentes.

Sugere-se então que o proprietário adote um sistema de controle dos custos, tendo como ferramenta a caderneta de campo, para auxiliar no gerenciamento dos custos e na tomada de decisões. Podendo assim, visualizar a rentabilidade da propriedade e, quais as possíveis alternativas para a propriedade ter um maior ganho na produção, por meio do cálculo do ponto do equilíbrio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; BORGES, M. A. D. A. A importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão para as pequenas propriedades rurais: uma revisão bibliográfica. **GETEC**, v. 9, n. 24, p.1-18, 2020.

ANDRADE NETO, C. N. **Demonstração do resultado do exercício (D.R.E) como ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão na atividade moteleira de Vitória da Conquista**. 42 f. 2012. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.

ANDRADE, J. G. **Introdução à administração rural**. 1. ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Caderno de Estudos**, São Paulo: FIECAFI, n. 5, 1992.

ARESTA, A. J. B.; SOUZA, S. M. de. Plano de contas: um novo enfoque de definição. **Rev. adm. Empres. [online]**, v.19, n. 4, p. 73-77, 1979.

BAEN, M. K.; LOPES, K. A importância da contabilidade nas empresas rurais. **Revista Interação Interdisciplinar**, v. 1, n. 01, p.96-100, 2022.

BARASUOL, A. C. G. **A contabilidade rural no gerenciamento da pecuária de corte**: Estudo de caso na Fazenda Terra Preta no município de Itaituba, Pará. 2019. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Centro de Estudos Superiores de Itaituba, Faculdade de Itaituba, Pará, 2019.

BARBALHO, V. F.; PEREIRA, A. C.; OLIVEIRA, A. B. S. Pecuária bovina de corte: gestão eficaz utilizando a contabilidade. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – ABC, 8, Belo Horizonte, 2006. **Anais...** Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006.

BARCELLOS, J. O. J; SUÑE, Y. B. P; SEMMELMANN C. E. N. A.; GRECELLÉ, R. A.; COSTA, E. C.; MONTANHOLI, Y. R.; CHRISTOFARI, L. Bovinocultura de Corte frente a Agriculturização no Sul do Brasil. In: XI CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA, 11., Lages, 2004. **Anais...** Lages: Centro Agroveterinário de Lages, 2004.

BORSANELLI, A. C.; SAMARA, S. I.; FERRAUDO, A. S.; DUTRA, I. S. Escolaridade e volume de produção têm associação com a percepção de risco de produtores de leite no uso de produtos veterinários. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 34, n. 10, p. 981-989, 2014.

BOWMAN, M.; SOARES-FILHO, B. S.; MERRY, F. D.; NEPSTAD, D. C.; RODRIGUES, H.; ALMEIDA, O. T. Persistence of Cattle Ranching in the Brazilian Amazon: A Spatial Analysis of the Rationale for Beef Production. **Land Use Policy**, v. 29, n. 3, p.558-568, 2012.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em 19/05/2021. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**: Brasil 2017/18 a 2027/28 – projeções de longo prazo. Brasília: MAPA, 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, v.1, n. 2, p. 714 – 731, 2014.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. **O Cadeia produtiva de carne bovina Brasília**: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. 85p. (Documento Técnico 001). Disponível em: <<http://www.iica.org.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CLEMENTE, E. C. A agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: alguns pontos para o debate. **Ateliê Geográfico**, v. 9, n. 3, p. 88-108, 2015.

COE, J. C. S.; LOPES, M. do S. F. A Contabilidade no Agrobusiness. In: X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 10, Paraíba. **Anais...** Paraíba: UVP, 2005.

COELHO, J. S.; SANTOS, J. S. C.; GRZEBIELUCKAS, G.; SILVA, P. V.; BESSA, G, R.; COELHO, R. C. S. Controle de custos e receitas: um estudo com os agricultores familiares feirantes de Nova Olímpia-MT. **Custos e @gronegócio online**, v. 14, n. 1, p. 234-250, 2018.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Business research**: a practical guide for undergraduate and postgraduate students. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2010.

Comissão De Valores Mobiliários. **Deliberação CVM Nº 547, de 13 de agosto de 2008**. Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis,

que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli547.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, **Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa**. 2010. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=17>> Acesso em: 05 nov. 2022.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Agronegócio é responsável por 7 dos 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2017**. CNA. 2017. Disponível em: < <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/agronegocio-e-responsavel-por-7-dos-10-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. **Elaboração e Apresentação conceitual de acordo com o IFRS**. CRC/PR, 2011. Disponível em: <<https://www3.crcpr.org.br/crcpr/conteudo/downloads/05-demonstracoes-contabeis-aspectos-praticos-elaboracao-e-apresentacao-conceitual-de-acordo-com-o-ifrs.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural – Uma abordagem decisorial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DIAS, E.; ANDRADE, M.; GOMES FILHO, A. Contabilidade Rural: Um estudo com Pequenos Produtores Rurais do Sítio Barra no Município de Orós, Ceará -Brasil. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v.13, n. 43, p. 164-174, 2019.

DIAS-FILHO, M. B. **Formação e Manejo de Pastagens**. Comunicado Técnico 235, Belém - PA, 2012. 9 f.

ELEUTÉRIO, A. P.; ELEUTÉRIO, A. P.; PEIXOTO, L. C.; CHAGAS, M. F. Contabilização do setor pecuário do agronegócio: aplicação das NBCs e CPCs. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)**, v. 1, n. 3, edição 1, p. 1-19, 2015.

EUCLIDES FILHO, K. **Produção de bovinos de corte e o trinômio genótipo-ambiente-mercado**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2000. 61 p. (Embrapa Gado de Corte. Documentos, 85).

FERRAZZA, R. A.; CASTELLANI, E. Análise das transformações da pecuária brasileira: um enfoque na pecuária leiteira. **Ciência Animal Brasileira**, v. 22, n. 1, p. e-68940, 2021.

FONSECA, R. A.; NASCIMENTO, N. F. D.; FERREIRA, R. D. N.; NAZARETH, L. G. C. Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 7, p. 1-12, 2015.

FREZATTI, F. **Gestão do fluxo de caixa diário**: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, M. A.; CONTI, I. S. Fluxo de caixa: ferramenta estratégica e base de apoio ao processo decisório nas micros e pequenas empresas. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 15, n. 21, p. 173-190, 2011.

GRIFFIN, M. P. **Contabilidade e finanças - Série Fundamentos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. 340 p.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável às Demais Sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas., 2003.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, F. C.; SAKAMOTO S. M.; SOUZA, C. H.; AZEVEDO, S. S.; SILVA, J. B. A. Caracterização do sistema de produção de caprinos leiteiros na microrregião de Mossoró, Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 35, 2008, Gramado. **Anais...** Gramado: COMBRAVET, 2008 (CD-ROM).

MALAFIA, G. C.; AZEVEDO, D. B. de; PEREIRA, M. de A.; MATIAS, M. J. de A. **A sustentabilidade na cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira**. In: BUNGENSTAB, D. J.; ALMEIDA, R. G. de; LAURA, V. A.; BALBINO, L. C.; FERREIRA, A. D. (Ed.). ILPF: inovação com integração de lavoura, pecuária e floresta. Brasília, DF: Embrapa, 2019. 835 p.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTAR, J. A. **Metodologia Científica na era da informática**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial brasileira**: acumulado do ano. Brasília: MDIC, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercialbrasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: 29 out. 2022.

NETO, A. A. **Estrutura e Análise de Balanços**: Um Enfoque Econômico Financeiro, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, N. J. F.; GUTH, S. C.; CAMARGO, M. E.; MOTTA, M. E. V. DA.; PACHECO, M. T. M.; GILIOLI, R. M.; FILHO, W. P. A lucratividade na pecuária: atividades de bovinocultura de corte e de leite. **PUBVET**, v. 6, n. 26, p. 1417-1422, 2012.

OLIVEIRA, A. A.; SILVA, A. R.; ZUCCARI, S. M. P. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2010.

OLIVEIRA, E. R.; SILVA, J. R.; BAUMANN, L. R. F.; MIZIARA, F.; FERREIRA, L. G.; MERELLES, L. R. O. Tecnologia e degradação de pastagens na pecuária no Cerrado brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p.626-638, 2020.

PAULA JR., A. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. **Espaço e Economia**, v. 8, n. 16, p. 1-12, 2019.

PELEIAS, I.R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração online - FECAP**, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.

PESSÔA, V. L. S. **Fundamentos de Metodologia Científica para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: material para fins didáticos. 2007. 130 f. Uberlândia, abril, 2007. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/xvxse0c>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, D. G. de. **Sistemas de produção de bovinos de corte**. Salvador: NEPA-UNEB, 2005. Apostila técnica do curso sobre “Sistemas de produção de bovinos de corte”, realizado na pró-reitoria de extensão da UNEB. Disponível em: <http://www.neppa.uneb.br/textos/publicacoes/cursos/sistemas_producao_gado_corte>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RABELO, M. A. S. **Importância da contabilidade rural para tomada de decisão nas atividades rurais: estudo de caso em propriedades rurais do município de Indianópolis-MG**. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2019.

REIS, Á. T. S.; SALES, C. V.; CORDEIRO, M. do S. F.; SILVA, V. C. da. **Contabilidade aplicada ao agronegócio: Análise da empresa Rasip Agropastoril S.A.** Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

RIOS, R.P; NISHIO, E.S.T; VIANA, G; BATISTA, P.J. Principais alterações na estrutura das demonstrações contábeis a LEI 11.638/07. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v.1, n.1, p. 1-14, 2010.

SÁ, A. L. de. Modelos Contábeis e gestão da capacidade lucrativa. **Pensar Contábil**, v. 6, n. 23, p. 21-28, 2004.

SÁ, A. L. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SALAZAR, J. N. A.; BENEDICTO, G. C. **Contabilidade Financeira**. 1. ed. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 2009.

SEARCHINGER, T; WAITE, R.; HANSON, C.; RANGANATHAN, J.; MATTHEWS, E. **Creating a sustainable food future: a menu of solutions to sustainably feed more than 9 billion people by 2050**. Washington: WRI, 2013.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **SEBRAE**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 25 de out. 2022.

SILVA M. S.; ASSIS F. A. A história da contabilidade no Brasil. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

SILVA, A. A. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, M. V. P. **Apartação de bovinos de corte**. Pasto com ciência, 2019. Disponível: <<https://pastocomciencia.com.br/2019/06/12/apartacao/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, A. A. A. **Custo de produção do gado de corte nelore de 12 a 36 meses: estudo de caso no sitio União Caiabi Juina-MT.** 2009. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Mato Grosso, 2009.

SOUZA, A. B. **Contabilidade de Empresas Comerciais.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

VILHENA, N. L. J.; ANTUNES, M. A. **A importância da contabilidade rural para o produtor rural.** 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/home>. Acesso em: 11 de out. 2022.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZDANOWICZ, J. E. **Finanças aplicadas para empresas de sucesso.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, no entanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para os participantes, e você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo **“CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA PECUÁRIA DE CORTE: um estudo realizado na Propriedade rural Fazenda Medianeira no município de Itaituba – PA”** e que tem como objetivo, demonstrar a importância da contabilidade para o gerenciamento e redução de custos em atividades pecuárias na zona rural do município de Itaituba, visando demonstrar a necessidade da utilização da contabilidade na gestão das propriedades rurais como instrumento de apoio para a tomada de decisão.

PERFIL DO PARTICIPANTE

DATA DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:

HORÁRIO:

SEXO: () Masculino () Feminino

IDADE: _____

ESCOLARIDADE: () cursando Ensino Superior () Ensino Superior () Pós-graduada () Outros

CURSO DE FORMAÇÃO: _____

FUNÇÃO NA EMPRESA: _____

PERFIL DA EMPRESA

1 Onde está localizada a propriedade?

2 Qual o tipo de pecuária é utilizado na propriedade?

- () Cria
() Recria
() Engorda
() Todas as opções

3 Quais as principais dificuldades enfrentadas durante o período de desenvolvimento do seu rebanho?

4 De que forma é realizado o controle do rebanho, na fazenda?

5 Existem outras atividades além da pecuária, que são desenvolvidas na propriedade?

6 Há funcionários que trabalham no manejo do local?

() A propriedade conta com auxílio de funcionários.

() A propriedade não conta com auxílio de funcionários e trabalha apenas com a mão de obra familiar.

QUESTÕES

CATEGORIA 1: FAMILIARIDADE COM A CONTABILIDADE RURAL

1 Você tem familiaridade ou faz uso da Contabilidade Rural?

() Tenho familiaridade e faço uso

() Tenho familiaridade, mas não faço uso

() Tenho pouca familiaridade

() Não tenho familiaridade

() Desconheço

2 Considera importante a Contabilidade Rural na gestão da fazenda?

() Muito importante

() Importante

() Pouco importante

CATEGORIA 2: USO DE RECURSOS CONTÁBEIS NO CONTROLE DA FAZENDA (Ainda estou aberta às sugestões)

3 É feito algum tipo de controle contábil na propriedade? Se sim, qual?

() Não faço controle

() Programa de software especializado

() Computador com planilhas do Excel

() Anotações manuais (caderno, agenda, planilha)

Outros: _____

4 É feita a separação de gastos pessoais e gastos da propriedade?

() Sim, é feita a separação de gastos.

() Não, todos os gastos, sejam pessoais ou da propriedade, são conferidos juntos.

5 Quem faz o controle de entrada e saída da fazenda?

() Proprietário

() Profissional Contábil

Outros: _____

6 Possui auxílio de um profissional contábil na rotina da propriedade?

() Sim.

() Não. Por quê? _____

CATEGORIA 3: VISÃO PESSOAL SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL

7 Na visão de produtor, acredita que a falta do acompanhamento de um profissional contábil no ramo rural, poderia acarretar problemas econômicos na área urbana?

8 Considera que o uso inadequado da contabilidade afeta o sistema de produção existente na pecuária? De que forma compreende a situação?

9 Você acredita que ferramentas da contabilidade podem auxiliar na administração da propriedade rural? Se sim, na sua opinião, quais seriam os benefícios?

Agradecemos a colaboração!